

REVISTA



ECOS

**LITERATURAS, LINGUÍSTICAS,  
HISTÓRIAS E CULTURAS**

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso

  
UNEMAT  
EDITORA

  
EPLIT  
Centro de Pesquisa  
em Literatura

  
CEPEL  
Centro de Estudos e Pesquisas em Literatura

Editores/Organizadores

Agnaldo Rodrigues da Silva  
Taisir Mahmudo Karim

Projeto Gráfico (impressa)

Ricelli Justino dos Reis

Copyright © 2015 / Unemat Editora  
Impresso no Brasil - 2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas  
UNEMAT - Cáceres

ISSN: 2316-3933 (*Online*)

ISSN: 1806-0331 (*Impressa*)

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.

Editores/Organizadores: Agnaldo Rodrigues da Silva / Taisir Mahmudo Karim (Revista do Centro de Pesquisa em Literatura e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários). Cáceres-MT : Unemat Editora, 2016.

249 p.

1. Literatura 2. Linguística

Semestral (Ref.: Jul 2015 - Dez 2015). Vol. 19, ano 12, n. 2 (2015)

CDU: 81

Índices para catálogo sistemático

1. Literatura - 82

2. Linguística - 81



REVISTA ECOS - Grupo de pesquisa em estudos da Arte e da Literatura comparada - Centro de Pesquisa em Literatura / Programa de Pós-graduação em Estudos Literários  
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000  
Tel: 65 3221-0023 - revistaecos.unemat@gmail.com



UNEMAT Editora  
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavallhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000  
Fone/Fax 65 3221-0023 - www.unemat.br - editora@unemat.br

Todos os Direitos Reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## **UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

|   |                            |
|---|----------------------------|
| Reitora   | Ana Maria Di Renzo         |
| Vice-Reitor   | Ariel Lopes Torres         |
| Pró-Reitoria de Ensino de Graduação                   | Vera Lúcia da Rocha Maquêa |
| Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação              | Rodrigo Bruno Zanin        |
| Pró-Reitoria de Extensão e Cultura                    | Alexandre Gonçalves Porto  |
| Pró-Reitoria de Gestão Financeira                     | Ezequiel Nunes Pacheco     |
| Pró-Reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação | Francisco Lledo dos Santos |
| Pró-Reitoria de Administração                         | Valter Gustavo Danzer      |
| Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis                   | Anderson Marque do Amaral  |

**CENTRO DE PESQUISA EM LITERATURA** Agnaldo Rodrigues da Silva

### **CONSELHO EDITORIAL/REVISTA ECOS**

Agnaldo Rodrigues da Silva - UNEMAT (Presidente)  
Elza Assumpção Miné - USP  
Inocência Mata – Universidade de Lisboa/Portugal  
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique  
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida – USP  
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP  
Maria Fernanda Antunes de Abreu – Universidade Nova de Lisboa/Portugal  
Mônica Graciela Zoppi Fontana - UNICAMP  
Roberto Leiser Baronas - UFSCar  
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT  
Tânia Celestino de Macedo – USP  
Valdir Heitor Barzotto – USP

### **CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO**

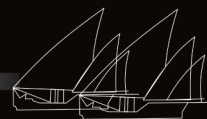
Agnaldo José Gonçalves – UNESP  
Águeda Aparecida Cruz Borges - UFMT  
Ana Antônia de A. Peterson - UFMT  
Ana Maria Di Renzo –UNEMAT  
Benjamin Abdala Junior –USP  
Célia Maria Domingues da Rocha Reis - UFMT  
Eduardo Guimarães - UNICAMP  
Elizete Dall'Comune Hunhoff - UNEMAT  
Elza Assumpção Miné - USP  
Isaac Newton Almeida Ramos - UNEMAT  
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique  
José Carlos Paes de Almeida Filho - UNICAMP  
Liliane Batista Barros - UFPA  
Luiz Francisco Dias - UFMG  
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP  
Mário César Leite - UFMT  
Mônica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP  
Nelly Novaes Coelho - USP  
Rita de Cássia Natal Chaves - USP  
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT  
Tânia Celestino de Macedo – USP  
Valdir Heitor Barzotto – USP  
Vera Lúcia da Rocha Maquêa - UNEMAT  
Yasmin Jamil Nadaf - Academia Mato-Grossense de Letras  
Walnice de Matos Vilalva – UNEMAT

REVISTA



ECOS

**LINGÜÍSTICA**



## GÊNEROS PASSIONAIS NO CONTESTADO

## GENRES NO PASSION CONTESTED

 Geiza da Silva Gimenes<sup>1</sup>

Período de recebimento dos textos: 01/06/2015 a 30/09/2015

Data de aceite: 30/10/2015

**Resumo:** Neste trabalho, abordamos dois gêneros discursivos que retratam as práticas passionais e de controle sobre o território Contestado (Amapá) no século XIX, observando a natureza responsiva do enunciado e a responsabilidade dos sujeitos enunciativos na produção do dizer. Observamos também as relações dialógicas instituídas nos gêneros analisados, percebendo seus movimentos, ou seja, o olhar para trás e o olhar para o futuro. Além disso, tecemos considerações a respeito do acabamento do acontecimento enquanto acontecimento ético. Para tanto, inscrevemo-nos no quadro teórico dos estudos bakhtinianos.

**Palavras-chave:** Gênero do discurso; Dialogismo; Acabamento.

**Abstract:** In this article we will discuss two discursive genres that depict the passionate practices and of control on the territory Contested (Amapá) in the century XIX, Looking the responsive nature of the statement and the responsibility of the enunciative subject in the production of the words. We also observed the dialogical relations established in the analyzed gener, watching their movements, that is, the look back and look to the future. In addition, we construct considerations about the finishing of the event ethical event. Therefore, we have inscribed us in the theoretical background of Bakhtin studies.

**Keywords:** Genres of discourse; Dialogism; Finishing.

1 Bolsista Capes. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Araraquara.

## Introdução

Os gêneros discursivos traduzem as diferentes atuações do humano, situando-as no tempo e no espaço. Instauram um processo dialógico de constituição dos sujeitos do dizer, em que as palavras ditas são sempre carregadas pelo dizer do outro numa relação de consensualidade ou de conflito.

Na relação eu/tu da enunciação, o acabamento do *eu* ganha a forma de múltiplas identidades, uma vez que muitos são os outros que dão acabamento a ele. Por outro lado, quando tomado como um acontecimento ético, o acabamento se torna insolúvel e problemático na teoria do gênero (GERALDI, 2015; MEDVIÉDEV, 2012).

Inscritos na teoria dos estudos bakhtinianos, mais precisamente no viés dos gêneros discursivos, neste artigo procuramos olhar para alguns gêneros passionais no Contestado<sup>2</sup>, a fim de descortinar algumas relações dialógicas que constituem o dizer dos sujeitos das cenas enunciativas desse espaço. Partimos da relação entre o mundo da vida e o mundo da cultura.

Considerando os gêneros discursivos como eventos singulares, únicos, concebemo-los como um acontecimento ético, para trazer à tona a discussão de Geraldi (2015) e Medviédev (2012) acerca do acabamento. Também consideramos a natureza responsiva dos enunciados e a responsabilidade dos sujeitos enunciativos, deixando entrever suas reações dialógicas, interativas.

Nosso foco voltou-se para a análise de dois gêneros passionais e de controle no Contestado: a Declaração de 1862, acordo bilateral entre Brasil e França para estabelecer procedimentos de julgamentos de crimes no território sob litígio, e alguns decretos do Triunvirato, forma de governo instituído no Amapá durante a disputa entre nosso país e a França.

Em nossas análises, percebemos movimentos que ora projetam um olhar para trás, ora para o futuro. As relações de consensualidade são substituídas por relações de conflito e tensão entre os sujeitos instituídos no dizer e na vida. A dialogia constitutiva do dizer é marcada pela alteridade, posto que os sujeitos assimilam as palavras do outro, reelaborando-as e reacentuando-as com um novo tom expressivo cujos efeitos de sentido são atualizados.

## O Contestado e o Ouro

A fronteira franco-brasileira constitui, no extremo norte do país, um espaço transfronteiriço<sup>3</sup> integrado por territórios que pertencem hoje ao Brasil e

---

2 O Contestado compreende o território sob litígio entre a França e o Brasil nos séculos XIX e XX, na fronteira entre a Guiana Francesa e a cidade de Oiapoque (Brasil). No território em questão muitos desdobramentos entram no fio discursivo da história, entre os quais a descoberta do ouro nas águas do rio Calçoene, espaço marcado por uma territorialidade fundante de identidades entrecruzadas.

3 Transfronteiriço está sendo entendido aqui “como conjunto de processos de aproveitamento e de valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou sócio- culturais”, contexto em que habitantes de ambos os lados transcendem a fronteira e a incorporam em suas estratégias de vida através de múltiplas modalidades (SANTOS, 2013).

à França (Guiana Francesa), fruto de uma disputa entre os dois países, nos séculos XIX e XX. Nesse período, criminosos e malfeitores podiam ser apresentados e julgados tanto pelos tribunais de Cayenne quanto pelos tribunais brasileiros, conforme estabelecido na Declaração de 1862<sup>4</sup>, cuja função foi garantir a convivência saudável entre o lado francês e o brasileiro até que se resolvesse o litígio acerca do território do “Oyapock”.

Em 1900, em Berna, o Barão de Rio Branco, enfrentando o renomado geógrafo Vidal de La Blache, contundentemente convenceu o Conselho Federal Suíço, tribunal arbitral na questão, da legitimidade da posse das terras em litígio em favor do Brasil, lançando mão do conceito de território enquanto resultado da produção humana, de acontecimentos. Os fatos ocorridos no Contestado, como ficou conhecido o território até seu desfecho em 1900<sup>5</sup>, produziram discursos atravessados de um patriotismo, e outros vários cunhados por interesses capitalistas pelo título-posse da região. Os desdobramentos desses discursos são atravessados segundo as ações e as paixões de seus enunciadores, no caso o governo brasileiro e o governo francês e seus representantes.

Entre os acontecimentos do período, a descoberta de ouro no rio Calçoene acirrou ainda mais as relações já tensas entre Brasil e França, pois, se o que se buscava era manter a cordialidade entre os dois lados e estabelecer a ordem e a segurança nesse espaço, a situação muda completamente quando o litígio amplia sua cobertura para o ouro também. As ações dos governos envolvidos nesse processo ganham novos sentidos, seus atos se alteram, se transformam e contam com a “parceria” de diferentes sujeitos, a exemplo do tenente Veiga Cabral que instituiu um governo no Território no formato de um Triunvirato, o qual, apesar de ser marginal à lei, não encontrou nenhuma resistência pelas autoridades brasileiras e ainda parece ter sido apoiado pela imprensa nacional na época.

O Triunvirato, representado pela autoridade do tenente Veiga Cabral, instituiu um pseudo-Estado Nacional, a fim de reger a circulação de pessoas e de mercadorias (o ouro), evitando, dessa forma, que os franceses ficassem com o ouro do rio Calçoene, além de marcar claramente relações de rivalidade com o governo francês.

Diferentes gêneros discursivos retratam os eventos desse período de disputa entre Brasil e França, mas apenas a Declaração de 1862 e alguns decretos do Triunvirato são tratados nesse estudo, dado o movimento do voltar-se ao passado e do olhar para o futuro.

---

4 A Convenção de 28 de junho de 1862, acordo comum entre Brasil e França, estabeleceu o julgamento de crimes no território em litígio tanto de competência dos tribunais de Cayenne quanto dos brasileiros, enquanto não se resolvesse o litígio pendente acerca do território de Oyapock.

5 A posse do território de Oyapock foi delegada ao Brasil no ano 1900, a partir da defesa realizada pelo Barão de Rio Branco no tribunal arbitral suíço, em Berna.

## Os Gêneros Discursivos em Bakhtin

Se a teoria clássica dos gêneros fica circunstanciada à mimese poética, ao olhá-los, Bakhtin (2011) vê mais que imitação, pois que há comunicação, interação, diálogo, compreensão responsiva, por pertencer o gênero às diversas esferas de uso da linguagem cujos efeitos são plurais, uma vez que gêneros e discursos vão além da palavra.

Os estudos desenvolvidos por Bakhtin rompem a classificação dos gêneros em espécies, para considerar o dialogismo constitutivo destes. O foco é compreender as relações interativas enquanto processos produtivos de usos da linguagem. Nesse sentido, reexamina-se a Retórica e passa-se a estudar os diferentes usos da linguagem como manifestações de gêneros discursivos (MACHADO, 2014).

Marcados pelo dialogismo, os gêneros colocam em ação uma diversidade de linguagens e vozes que se relacionam num campo de tensão e interconexão. Tal diversidade denomina-se heteroglossia, podendo ser analisada e prevista nos mais diversos discursos, pois as palavras que falamos ou pronunciamos se constituem enquanto palavras do outro e remetem a uma compreensão responsiva, caracterizando uma linha tênue impossível de separar nossos pontos de vistas e nossas palavras do dizer outro que os constitui. O conceito de voz como interação implica perspectivas individuais e sociais, uma vez que a forma pela qual nos expressamos é impregnada de contextos, estilos e intenções distintas, bem como é marcada no tempo e no espaço (BAKHTIN, 1983).

Estudando o romance, Bakhtin o vê como lugar de representação da voz “[...] na figura dos homens que falam, discutem ideias, procuram posicionar-se no mundo”, lugar em que “[...] a própria cultura letrada se deixa conduzir pelas diversas formas discursivas da oralidade contra as quais ela se insurgira” (MACHADO, 2014, p. 153). Tal postura, sob o escopo da dialogia, permite “radiografar” o hibridismo constitutivo dessa forma de gênero, bem como a heteroglossia e a pluralidade de signos culturais.

Considerando que os diversos campos da atividade humana fazem usos diversos da linguagem, o emprego da língua por esses campos, segundo Bakhtin (2011), efetiva-se na forma de enunciados únicos e concretos, aos quais denomina *gêneros do discurso*. Dito de outro modo,

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e a finalidade de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos — o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional — estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado



e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2011, p. 261).

Os gêneros são ricos e diversos, porque múltiplas e infinitas são as esferas de usos da linguagem, as quais incluem tanto diálogos do cotidiano quanto discursos da vida pública, institucional, artística, científica etc, razão pela qual podem ser simples ou complexos em função do contexto no qual figuram, pois “[...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Os gêneros discursivos simples (primários) se formam na comunicação discursiva imediata e são absorvidos pelos gêneros complexos (secundários), transformando-se e ganhando um caráter particular no novo contexto, a exemplo do diálogo cotidiano no interior do romance, tomado como um acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana. Além disso, os gêneros secundários são considerados complexos, porque retratam formas organizadas da comunicação cultural: ciência, arte, política, filosofia etc. A relação entre gêneros primários e secundários é de transformação e complementação.

Compreender a diferença entre os gêneros significa compreender a natureza do enunciado, o que requer uma abordagem linguística centrada na função comunicativa, já que “[...] o enunciado é a unidade real da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011, p. 269), portanto de natureza responsiva, dialógica, interativa.

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva [...] toda compreensão é prenhe de resposta [...]. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta (BAKHTIN, 2011, p. 271).

Nesse processo dialógico, os limites do enunciado real e pleno se marcam pela *alternância dos sujeitos do discurso*, orientados por um início e um fim, ou seja, ao fim de uma palavra, dá-se lugar à compreensão ativamente responsiva, ao acabamento do discurso. Os papéis assumidos por falante e ouvinte, nesse contexto, não são fixos, mas intercambiáveis, estabelecendo-se, desse modo, um circuito de responsabilidade.

Enfim, todo discurso só pode ser pensado como resposta, visto que todos os gêneros, primários ou secundários, são concebidos para serem compreendidos, portanto, respondidos, imediato ou tardiamente, por sujeitos face a face, no caso do diálogo, ou por leitores, no caso da palavra escrita, lembrando que “[...] Cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero” (BAKHTIN, 2011, p. 301).

A alternância dos sujeitos do discurso imprime responsabilidade ao discurso, entretanto o acabamento é um problema a ser enfrentado pela teoria do gênero, segundo Medviédev (2012), posto que

[...] nenhum campo da criação ideológica conhece o acabamento no sentido próprio dessa palavra. Fora da arte, todo acabamento, todo final, é convencional e superficial e, antes de tudo, determinado por causas externas, e não pelo acabamento interno e exaurido do próprio objeto. A finalização de um trabalho científico tem esse caráter relativo. Na realidade, um trabalho científico nunca finaliza: onde acaba um, continua o outro. A ciência é uma unidade que nunca pode ser finalizada. Ela pode ser fragmentada em uma série de obras acabadas e autônomas. O mesmo ocorre em outros campos da ideologia. Em nenhum lugar, há obras essencialmente acabadas e esgotadas (MEDVIÈDEV, 2012, p. 194).

Para Medviédev, fora da arte, o máximo de acabamento que os gêneros alcançam é o acabamento composicional, pois o acabamento essencial e objetivo, o temático, é uma particularidade apenas da arte, já que esta atinge o todo da obra. Orientado para ouvintes e receptores, e também para a vida, o gênero é inseparável das circunstâncias espaciais e temporais, ou seja, “[...] O gênero é a unidade orgânica entre o tema e o que está além de seus limites” (MEDVIÈDEV, 2012, p. 197). Formas de ver e compreender a realidade, os gêneros possuem seus próprios meios e métodos de domínio e acabamento de uma determinada realidade, os quais residem nas formas do enunciado e não da língua.

Nessa direção, o que os formalistas russos fazem, de acordo com Medviédev (2012, p. 200-201), é separar a obra da realidade da comunicação social e do domínio temático da realidade, assumindo uma postura de procedimentos ocasionais, ao invés de considerar que “[...] o gênero lança uma luz sobre a realidade, enquanto a realidade ilumina o gênero”.

Sobre o acabamento, Geraldi (2015, p. 112) pontua que, no caso da vida, “concebida como acontecimento ético, aberto, não comporta acabamento e, portanto, solução”.

### **Gêneros Passionais**

Considerando a natureza responsiva do enunciado, portanto dialógica, passamos, a partir de agora, a pontuar dois gêneros que se inter-relacionam sobre a questão da descoberta do ouro no rio Calçoene, lembrando que, quando ouro é descoberto nesse rio, parte do território do Amapá estava sob litígio entre Brasil e França, o que inclui a região do rio Calçoene.

Denominamos esses gêneros *passionais*, porque são carregados das emoções de seus sujeitos que manifestam ora cordialidade, ora fúria, ora “patriotismo” diante dos acontecimentos envolvendo o direito de posse tanto do Contestado quanto do ouro descoberto numa região que *não era de ninguém*.

Para desenvolver nossas análises, os gêneros selecionados foram a *Declaração de 1862*, acordo bilateral firmado entre Brasil e França a respeito do julgamento dos crimes cometidos no território Contestado, e também o *Triunvirato do Amapá*, decreto que instituiu um pseudo-estado nacional no Amapá, relacionando-se, entre outros aspectos, diretamente ao acontecimento do ouro, em seus artigos.

Nesse sentido, colocamos em relação o mundo da vida, onde o ato se realiza, e o mundo da cultura, onde o ato ganha sentido (GERALDI, 2015, p. 84), visto que, para o pensamento bakhtiniano, a articulação entre esses mundos permite estabelecer o plano no qual sentido e ação se unem a partir da categoria da responsabilidade/responsabilidade, em que a responsabilidade não é um dado a priori, mas algo a ser conquistado. Dito de outro modo,

[...] responsabilidade abarca, contém, implica necessariamente a alteridade perante a qual o ato responsável é uma resposta. Somos cada um com o outro na irrecusável continuidade da história. Buscar eventos, nas singularidades, nas unicidades dos atos desta caminhada como se realizam as ‘respostas responsáveis’ é um modo de reencontrar os deslocamentos imperceptíveis na construção dos valores, dos sentidos que regem, mas que se fazem e se desfazem na existência (GERALDI, 2015, p. 85).

O evento, em Bakhtin, não é fechado nem explica a si mesmo, mas algo que encontra sua completude na relação estabelecida com seu exterior. Nesse sentido, tomamos os gêneros *declaração* e *decreto* como pertencentes aos gêneros secundários, por se inscreverem nas formações complexas dos sistemas específicos da comunicação cultural, portanto eventos únicos em sua realização.

Tanto o *decreto* quanto a *declaração* são atos normativos expedidos por quaisquer dos três poderes. Dada a sua composição, conteúdo temático e estilo são atos que têm por natureza expedir determinações a serem cumpridas pelos sujeitos a quem se dirigem. No caso da Declaração de 1862, temos normas estabelecidas para orientação e execução dos tribunais no julgamento de crimes no Contestado, enquanto, no Triunvirato, temos decretos que estabelecem normas à margem da lei.

Para compreender os sentidos construídos na *Declaração de 1862*, queremos aqui registrar as palavras de Geraldi (2015, p. 109), ao tratar a *memória de futuro* nos estudos bakhtinianos: “É do futuro que tiramos os valores com que qualificamos a ação do presente e com que estamos sempre revisitando e compreendendo o passado”.

Pensando a Declaração de 1862, vemos o movimento, o funcionamento dessa memória, posto que os governos que firmam tal declaração assim se posicionam:

**Emquanto se não resolve amigavelmente entre o Brasil e a França o litígio pendente ácerca do territorio do Oyapock**, convem.que os criminosos e malfeitores procedentes desse territorio que forem levados, quer ante os tribunaes de Cayenna, quer ante os tribunaes brasileiros, se não possam aproveitar da situação, ainda mal definida, do territorio de que se trata para recusar a competencia dos tribunaes brasileiros ou francezes.

Em consequencia, pois, e **no interesse comum de ordem e segurança**, fica entendido pela **presente declaração**, que o governo de S. M. o Imperador do Brasil e o de S. M. o Imperador dos Francezes não porão respectivamente obstaculo algum á que os malfeitores do **territorio em litigio**, que forem entregues ás justiças brasileira ou franceza, sejam julgados por uma ou pela

outra; não prejudicando, além disso, em nada esta declaração **a solução que deve ter a questão de limites ainda pendente.**

Em fé do que os abaixo assignados fizerão a presente declaração, e lhe puzerão os seus sellos.

Feita em duplicata em Paris, aos 28 de junho do anno de 1862. (grifos nossos)<sup>6</sup>

Os governos da França e do Brasil olham para o futuro do Contestado – a soberania de um dos governos sobre o Oyapock – para determinar a ordem e a segurança no território no momento vivido, porém revisitam o passado, compreendendo o litígio pendente que se atualiza num passado contínuo até então.

Trinta e três anos mais tarde, com a descoberta de jazidas de ouro no rio Calçoene, um governo é estabelecido no formato de Triunvirato, logo, não só as determinações da Declaração, sobre comutações de pena, são desrespeitadas, como outras normas são estabelecidas nesse Território para garantir a posse sobre o ouro descoberto, desvinculando completamente o governo francês desse espaço, o que nos confirma as relações de tensão e interconexão que permeiam os gêneros.

A instituição da ordem e da segurança previstas pela Declaração de 1862 torna-se sem efeito no Contestado, uma vez que o novo governo não reconhece tais previsões, restringindo, desse modo, a competência de processar e julgar crimes apenas ao Triunvirato, o que instaura relações de tensão entre Brasil e França, de modo que a soberania de um dos governos sobre o Oyapock é antecipada pelos decretos estabelecidos pelo Triunvirato, quando, na verdade, deveria aguardar a decisão do tribunal arbitral sobre a questão.

Diante desse contexto, temos ora um futuro de “[...] estabilidade instável, sem território, perpetuamente deslocável; noutra, o futuro é território mapeado, sem surpresas, a ser implantado (GERALDI, 2015, p. 109-110). As imagens de futuro, lugar em que o presente encontra seu valor, são apagadas, cegando a compreensão do presente. O que se tem é um acabamento absoluto, pré-dado do futuro, em que este funciona como determinação fechada e autoritariamente imposta. A ideologia que fixa o devir do futuro acaba por alterar os desenhos deste.

Considerando a natureza responsiva do enunciado, o fato de ele ser “[...] pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos” (BAKHTIN, 2011, p. 294-295), observamos que o Triunvirato assimila, reelabora e reacentua as palavras da Declaração, quando olhamos para o enunciado “Só este Triunvirato poderá comutar a pena dos réus” [...]

6 Declaração de 1862. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1862/b\\_77](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1862/b_77)

No que diz respeito à comutação de penas, o decreto nº 5 do Triunvirato se posiciona da seguinte forma:

Decreto nº 5

O Triunvirato do Amapá eleito unanimemente decreta e manda publicar por edital desde já para os devidos fins o seguinte:

[...]

2o - Todo e qualquer indivíduo que faltar o respeito às famílias com palavras obscenas **será processado sumariamente por este Triunvirato e será condenado a três meses de prisão** [...]

3o - Fica marcada a pena de cinco anos de cadeia no máximo, três no médio e dois no mínimo a todo aquele que incorra no crime de ferimentos leves, na de quinze anos no máximo, dez no médio, cinco no mínimo, por ferimentos graves; na de vinte e cinco anos, no máximo, quinze no médio e dez no mínimo no crime de morte.

4o - **Só este Triunvirato poderá comutar a pena dos réus** e incursos nos arts. 2o e 3o deste decreto, de acordo com as atenuantes que em sua defesa apresentarem no curso do processo. (grifos nossos)<sup>7</sup>

O Triunvirato coloca por terra a “cordialidade” estabelecida entre os governos brasileiro e francês, atuando de forma independente no Contestado, instituindo leis de ir e vir, cobrança de impostos sobre o ouro, entre outros aspectos de responsabilidade de um “verdadeiro” governo. Os valores de *ordem* e *segurança* previstos na Declaração são substituídos pelos valores da cobiça, da ganância, impostos pelo novo governo que visava ter o ouro só para ele, punindo quem vendesse ouro a estrangeiro e impedindo a entrada desse no território do Amapá. Muito mais que a comutação de penas, o interesse do tenente Veiga Cabral, autoridade à frente do Triunvirato, era impedir a entrada de franceses no território e que estes se apossassem do ouro descoberto no rio Calçoene cuja posse pertencia única e exclusivamente, segundo o tenente, aos brasileiros.

Decreto nº 1 –Da exploração de Minas no Amapá:

Art. 1º. Fica desde já franca a entrada nos Rios do Amapá a todos e qualquer brasileiro que organize qualquer expedição para a exploração de Minas nesse Território ficando sujeito ao regulamento seguinte: [...]

Art. 4º. Todos os produtos tirados serão apresentados ao Triunvirato para serem conferidos afim de pagar o competente direito. [...]

Art. 5º. Será expressamente proibido vender-se os produtos tirados neste Território em Cayenna ou qualquer país estrangeiro ...

7 Triunvirato do Amapá. In: SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. – Coleção Brasil 500 anos. p. 145

Art. 6º. É expressamente proibido a entrada de todo e qualquer estrangeiro que vier de Cayenna ou dos países do norte do Cabo Orange.<sup>8</sup>

Como resposta aos novos eventos, uma missão paramilitar e extraoficial é organizada pelo lado francês à sede do novo “governo”, conforme carta de M. Casey ao Presidente do Conselho Geral da Guiana Francesa, datada de 08/04/1895. A situação se caracterizava como prenúncio de guerra e de vigilância quanto à situação:

[...] partiria no mesmo dia caso encontrasse uma resistência bem caracterizada e, sobretudo, se a autoridade do capitão Cabral estivesse apoiada pelo Brasil.<sup>9</sup>

Neste cenário, relações de tensão vão se acirrando entre brasileiros e franceses. O querer de um é assimilado, reelaborado e reacentuado pelo o outro o tempo todo nos eventos que seguem a disputa tanto pelo território quanto pelo ouro no rio Calçoene. Tais eventos, únicos e singulares, retratam um longo cenário da história do Brasil e do Amapá, em que a disputa pelo território é ressignificada, reelaborada e reacentuada na disputa pelo ouro sob a capa do “patriotismo” representado na figura do tenente Veiga Cabral naquele espaço.

Se na vida estética o acabamento do acontecimento é completo, quando pensamos a vida como acontecimento ético, traduzida nos diferentes gêneros, portanto aberto, tal acabamento não comporta, ainda, solução (GERALDI, 2015). Dito de outro modo, “[...] a última palavra pertencerá sempre à nossa consciência e não à consciência do outro; quanto à nossa consciência, ela nunca dará a si mesma a ordem de seu próprio acabamento” (BAKHTIN, 1997, p. 36-37). Como nos coloca Medviédev (2012, p. 193), “O gênero é uma totalidade típica do enunciado artístico, e, ainda, uma totalidade essencial, acabada e resolvida”, porém, com exceção da arte, nenhum outro campo da criação ideológica conhece o verdadeiro acabamento.

### Algumas Considerações

As atividades humanas são traduzidas por gêneros, os quais, segundo o campo de atuação, são *relativamente estáveis*. Os gêneros são eventos únicos e singulares impregnados de contextos, estilos e intenções distintas, marcados no tempo e no espaço. [...] os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2011, p. 268). Atuam em diferentes esferas da comunicação, sejam elas complexas ou mais imediatas.

De natureza responsiva, os gêneros mobilizam falante e ouvinte no processo enunciativo, colocando em ação diferentes vozes de constituição tanto

8 op. cit. p. 146

9 Carta de M. Casey de 08/04/1895. In: ROMANI, C. **Aqui começa o Brasil!** Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. p. 85

do dizer quanto dos sujeitos participantes. Instaure-se a dialogia, qualificante da relação entre o eu e o Outro. Estabelecem-se relações de tensão, mas também de interconexão, pois todo enunciado é carregado das palavras do outro, as quais são assimiladas, reelaboradas e reacentuadas com um novo tom expressivo. Seu funcionamento implica não apenas a responsabilidade, mas também a responsabilidade, sinônimo de alteridade, mudança, transformação.

Nos enunciados, portanto nos gêneros discursivos, o movimento do sujeito é de deslocamento no tempo, buscando no futuro a razão de ser de sua ação presente, além de revisitar e recompreender o passado.

Os gêneros discursivos de controle no Contestado traduzem movimentos de seus sujeitos e colocam em cena as vozes que os atravessam no tempo e no espaço. A Declaração de 1862, olhando para o futuro do Território, enquanto aguarda a decisão do tribunal arbitral, estabelece as ações de ordem e de segurança no presente, revisitando seu passado contínuo – o litígio entre Brasil e França. Projeta-se um futuro nesse espaço.

Os decretos do Triunvirato olham para o passado, uma vez que tornam sem efeito as determinações da Declaração, e antecipam o futuro, porque se apoderam do Território, “legitimando” uma soberania sobre ele e sobre tudo que há nele, inclusive o ouro descoberto no rio Calçoene.

Os gêneros aqui analisados, carregados das paixões de seus sujeitos, relacionam o mundo da vida, onde o ato se realiza, e o mundo da cultura, onde o ato ganha sentido. Nossa análise não teve nenhuma pretensão de exaustão, principalmente porque conhecemos os desdobramentos desses eventos que se tornam cada vez mais tensos e conflituosos entre os sujeitos desse processo, até que se tenha a decisão arbitral sobre o Território no ano de 1900. Todavia, o que aqui procuramos esboçar são as primeiras linhas desse contexto, lembrando que, tomados como acontecimentos éticos, abertos, deixam sem solução a questão do acabamento.

## Referências

- BAKHTIN, M. M. **Dialogic Imagination**. Austin: University of Texas Press, 1983.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- DECLARAÇÃO DE 1862**. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1862/b\\_77](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1862/b_77). Acesso em: 16 dez. 2014.
- GERALDI, J. W. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.
- MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 151-166

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargi Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

ROMANI, C. **Aqui começa o Brasil!** Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SARNEY, J.; COSTA, P. **Amapá**: a terra onde o Brasil começa. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. – Coleção Brasil 500 anos.